

Palestra proferida por Anna Maria Rattes no evento “Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes” na EMERJ

Anna Maria Rattes

Coordenadora do Gabinete da Cidadania (Prefeitura Municipal de Petrópolis), Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM (Município de Petrópolis), Deputada Federal Constituinte - 1986/1990.

RESUMO: Este artigo apresenta a transcrição da palestra proferida pela Deputada Constituinte Anna Maria Rattes no evento “Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes”, realizado no dia nove de março de dois mil e dezoito, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Anna Maria descreve sua trajetória pessoal e política, até chegar ao Congresso Nacional. Relata suas experiências na constituinte, fala sobre a surpresa dos homens com tantas presenças femininas no Congresso, às quais não estavam habituados. Narra ainda as responsabilidades e as lutas para viabilizar a plataforma feminista, além dos desafios por elas superados.

PALAVRAS CHAVE: constituinte, mulher, Congresso Nacional

ABSTRACT: This article presents the lecture given by the federal congresswoman and constitutive assembly Annna Maria Rattes in the so-called occasion “Thirty Years of Women’s Letter to the Constitutive Members”. It took place in March, 8th, 2018, in honour to Woman’s International Day, at Rio de Janeiro Estate Judges School.

Anna Maria describes her personal and political career until reaching the Brazilian National Congress. She talks about her experiences as a constitutive and also about men's surprises when among so many women. They were not used to it. She also talks about the responsibilities and tasks to enable the feminist practices and the challenges overcome by her.

KEYWORDS: constitutive, woman, Brazilian National Congress

Minha participação no evento "Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher na EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

Que bom recordar e falar sobre a trajetória das mulheres na constituinte. É importante que eu comece falando um pouco sobre a minha trajetória pessoal. Fui escolhida como a Deputada Federal Constituinte muito de surpresa, sendo esse o evento mais grandioso e mais importante que aconteceu na minha vida, posso dizer com certeza. E isso se deu por um engajamento desde jovem ainda, adolescente, dos movimentos populares da igreja católica, da JEC e da JUC, onde trabalhávamos sempre visando à proteção dos direitos, à igualdade de oportunidades e de melhoria das condições de vida para os que tinham uma vida sofrida e difícil face às injustiças sociais.

Saindo do Rio de Janeiro, pois acabei casando com um fazendeiro petropolitano, Paulo Rattes, fui morar em Petrópolis. Ele acabou ingressando na política através da Associação Rural de Petrópolis, da qual foi presidente, representando a classe dos produtores. Daí, continuou na carreira política, enveredando para a vida partidária. Eleito vice-prefeito, passou a prefeito de Petrópolis, onde exerceu por três vezes o mandato, pelo PMDB. Em todo o seu tempo frente ao governo municipal, minha parceria com ele estava estabelecida e presente, atuando no mesmo tipo de trabalho, aos mais carentes, o que sempre foi meu compromisso de vida.

Durante o primeiro e o segundo mandato, nós tentamos de certa forma pensar e olhar, buscando encontrar uma solução para

aqueles que tinham dificuldade de moradia, dificuldade de organização e dificuldades de se expressar enquanto cidadãos.

No seu último mandato, resolvemos que seria mais eficiente a criação de uma secretaria que cuidasse dessa promoção. A secretaria existente na época, de assistência social, não preenchia esse objetivo, pois o trabalho era muito assistencial. Surgiu aí a Secretaria de Apoio Comunitário, que deu protagonismo, organização e voz, sem tutelar, àqueles completamente esquecidos pelas instituições de poder.

Apareceram as associações de moradores, os agentes comunitários, os primeiros conselhos: de orçamento, transporte, etc. Tudo era discutido e considerado conforme a vontade expressa da população; as reivindicações eram atendidas e ouvidas, os pleitos priorizados e realizados na medida do possível, dentro das aspirações apresentadas.

Na cidade, a atmosfera era de total participação popular e engajamento. Alguns chamam até hoje aquela época de “A Primavera de Petrópolis”.

Nacionalmente, surgia o debate sobre uma nova Constituição Federal, a ser elaborada após tantos anos de autoritarismo e silêncio.

Certo dia, adentrou minha casa um grupo expressivo de pessoas de diversas classes sociais, tendo à frente Frei Leonardo Boff, para solicitar do Paulo a possibilidade de se ter, em Brasília, um representante petropolitano que fosse coeso com a inovação daquele movimento.

A nação aspirava por um Congresso Constituinte. Paulo era o coordenador da campanha estadual do PMDB nesse pleito, que elegeria o governador, deputados federais e estaduais.

Avaliadas as possibilidades, surgiu a ideia do meu nome para representar o pleito petropolitano. E assim passei a ser parte do PMDB, pois nunca havia exercido nenhuma militância partidária e me vi numa campanha que se tornou vitoriosa, com uma quantidade bastante expressiva de cinquenta e quatro mil, setecentos e dez (54.710) votos ao todo, sendo um pouco mais da metade desses votos em Petrópolis e o resto no estado inteiro, pulverizado. Só não fui votada em dois municípios.

O que se aspirava ser apenas um Congresso Constituinte tornou-se, pelas possibilidades viáveis da época, uma Assembleia Nacional Constituinte. E assim cheguei a Brasília, para desempenhar meu papel de Deputada Federal Constituinte. Lá encontrei um ambiente totalmente masculino, preenchido historicamente por homens, com a novidade de vinte e seis (26) mulheres que precisavam dizer a que vieram.

Surpresa, estupefação, descrédito, curiosidade...

Mal começaram os trabalhos e constatamos a inexistência de um banheiro feminino no plenário. Foi o primeiro movimento de organização reivindicatório da que passaria a ser conhecida como a "Bancada feminina" e que fez de uma necessidade fisiológica um ato político de grande visibilidade.

A demanda, criticada por uns, respeitada por outros - inclusive pelo Presidente, Dr. Ulisses Guimarães, que prontamente a atendeu - deu início a um trabalho inteligente, de união, em que deixamos de lado as diferenças partidárias ideológicas, regionais e religiosas e nos concentramos no que nos unia: o fato de sermos mulheres.

Aí surgiu a presença do trabalho de assessoria e acompanhamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Indispensável, inquestionável, e de uma competência a toda prova - tenho aqui ao meu lado sua Presidente - Jaqueline Pitanguy nos apresentou, e aos demais parlamentares, um texto básico de trabalho, no que se referia à aspiração das mulheres brasileiras para o texto constitucional em termos de reivindicações, tendo sido fruto de discussão e participação das moradoras de todos os estados do País. Era a "Carta das Mulheres aos Constituintes".

Bete Mendes, eleita por São Paulo, deixou Brasília para assumir a Secretaria de Cultura em São Paulo. Três de nós tínhamos maridos como Senador ou Governador do Estado, casamentos dissolvidos até o fim dos trabalhos, à medida que crescíamos como mulheres e as diferenças de gênero se tornavam mais evidentes. Os interesses oligárquicos não eram os mesmos dos compromissos de visibilidade e justiça que as mulheres buscavam e pretendiam que fossem aprovados.

O Conselho Nacional tinha nascido de uma promessa de Tancredo Neves, levada à realidade pelo Presidente Sarney. Possuía a estrutura de ministério, com dotação própria e corpo de assessoramento técnico, além de um corpo de conselheiras.

A presença do Conselho nas comissões, galerias, reuniões, era uma constante, inclusive no respaldo às negociações para aprovação dos temas mais espinhosos e controversos.

O Batom, a Bancada do Batom foi mais uma demonstração da competência e ousadia do Conselho. Elaborou uma cartilha com o conteúdo de todas as nossas reivindicações. Com um batom desenhado à capa. E passamos a fazer do batom nossa ferramenta de luta. Isto porque, muito pejorativamente, alguns nos alcunhavam de “A Bancada do Batom”. Essa bancada se mostrou tão eficiente no decorrer dos trabalhos, e tão coesa, que passou a ser respeitada e solicitada como conjunto de votos e ideias que, quando se queria aprovar qualquer questão em plenário, independentemente da diversidade dos interesses em pauta, era considerada como um apoio importante e às vezes decisivo.

Os trabalhos eram iniciados nas subcomissões e comissões temáticas. Os resultados compilados e depois passavam a fazer parte do conteúdo a ser discutido e aprovado na Comissão de Sistematização. Aprovado, o texto era finalmente levado à votação em plenário e depois de exaustivas etapas de negociações nas lideranças e acordos de bancada. Chegou-se então ao texto final do que passou a ser conhecida como a Constituição Cidadã, assim denominada pelo Dr. Ulisses Guimarães, figura protagônica e indispensável durante todo o processo, respeitado e querido indistintamente por todos, independentemente de diferenças partidárias ou ideológicas.

Trabalhamos muito. Acredito que o resultado foi bastante satisfatório, apesar de alguns acharem o texto extenso e prolixo demais. Em relação à pauta das mulheres, quase 86% das reivindicações passaram a fazer parte do conteúdo constitucional.

Fui, e tenho muito orgulho disto, a parlamentar que apresentou maior número de emendas. Quatrocentas e sessenta e oito (468) ao todo e tive o maior número de aprovações, cento e vinte (120). Sinto um prazer genuíno e legítimo quando me deparo do tanto de

mim e do meu trabalho que faz parte da nossa Carta Magna – muita alegria e a sensação gostosa do dever cumprido.

Após a promulgação da Constituição Cidadã, continuei no exercício do meu mandato de Deputada Federal, atuando, inclusive, em diversas áreas.

Vendo aqui tantas participantes neste evento de profissões diferentes, algumas que, com suas fardas, representam a novidade da participação da mulher nas nossas forças armadas, quero contar um fato que pode servir de testemunho da nossa capacidade profissional de vencer barreiras e de desempenho, em qualquer área que optarmos por atuar.

Num determinado momento da minha vida parlamentar, chamou-me a atenção as contas Delta no Governo Federal, cuja finalidade e utilização eram absolutamente sigilosas. Pesquisando, vi a necessidade de trazer à luz para o que realmente se destinavam, já que todos comentavam que sua finalidade de utilização era em energia nuclear, mas de forma obscura, para o crescimento das usinas nucleares e de projetos secretos como o enriquecimento de urânio em grande escala. Consegui instalar uma Comissão Parlamentar Mista (Senado e Câmara) de Energia Nuclear e trazer como relator o Senador Severo Gomes, nome respeitadíssimo, que depois veio a falecer num acidente aéreo com o Dr. Ulisses, em Angra dos Reis.

O conteúdo dessa comissão - que ouviu os próceres do poder na ocasião, inclusive o Presidente Figueiredo - continua arquivado sigilosamente, mas conseguiu-se descobrir que o urânio enriquecido era para ser usado num submarino atômico (o que não aconteceu até hoje - inexecutável e disfuncional) e num protótipo de bomba atômica que o Brasil se preparava para lançar numa ogiva instalada na Serra do Cachimbo. A comissão conseguiu que o Presidente Collor fosse conosco ao local e lacrasse o histórico buraco da Serra do Cachimbo.

Portanto, não existem espaços fechados à mulher. Ela estará sempre onde ela quiser estar e achar que deve estar. Energia nuclear, para uma mulher de formação jurídica, sem conhecimentos técnicos na área, era uma participação inusitada. No entanto, con-

sidero que contribui de forma muito útil ao Brasil em termos de relações internacionais.

Por isso, deixo com vocês esse legado de uma experiência de vida, ativa e comprometida.

Sinto uma inquietação enorme, pois, passados 30 anos, após os avanços substanciais que tivemos naquele período constitucional, a apatia e o retrocesso tomam conta das nossas casas legislativas e do Poder Executivo e mesmo do Judiciário.

Em 30 anos, o número de mulheres no Congresso Nacional apenas dobrou. Precisamos de mais mulheres eleitas, mais mulheres na atuação político partidária, mais mulheres, como vocês, aptas a resgatar o bastão que nós, militantes daquela época e até os dias de hoje, pela nossa finitude, estamos prestes a ter que delegar.